

JORNAL DO INTERIOR

Um olhar para o futuro dos municípios.



Bebedouro, 05 de setembro de 2015.

MITs completam uma década transformando o futuro do turismo paulista

Há 10 anos, um projeto visionário do então deputado João Caraméz começava a redesenhar o mapa do turismo paulista. A criação dos Municípios de Interesse Turístico (MITs) em 2015 não foi apenas mais uma lei, foi a ma-

terialização de uma estratégia que a UVESP abraçou desde o primeiro momento. Hoje, celebramos não apenas a primeira década de uma política pública eficaz, ou de R\$ 300 milhões investidos em 144 cidades, mas uma revo-

lução no turismo regional, gerando emprego, renda e valorizando as riquezas locais. De Rifaina a Barretos, os MITs provaram que, com planejamento e apoio, o turismo pode ser um motor econômico. São praças revitali-

zadas, eventos grandiosos e uma cadeia produtiva em ascensão contribuindo para que o setor mostre sua força. E o melhor ainda está por vir, porque, quando se investe no futuro, os resultados são inevitáveis. **PÁGS. 06 e 07**

É um grande e poderoso ecossistema que é incomparável em nível Brasil, não existe nada parecido



Michel Temer: o legado que o tempo validou

Apesar de terminar o mandato com baixa aprovação, Michel Temer consolidou-se, com o tempo, como o ex-presidente mais influente da história recente nacional e internacionalmente. Suas propostas, antes vistas como impopulares, revelaram-se corajosas e decisivas para o desenvolvimento nacional. De reformas estruturantes ao “Movimento Brasil”, Temer passou a ser ouvido por líderes proeminentes, construindo pontes e propondo caminhos. Sua visão de longo prazo e sua capacidade de articulação silenciosa transformaram-no num verdadeiro estadis-

ta. Com isso, em tempos de incerteza, sua proposta de união por metas concretas mostra que é possível planejar o futuro com responsabilidade. Hoje, Temer atua como um construtor nos bastidores, cujas ações transcendem governos. Sua trajetória prova que estadismo não se mede por aplausos imediatos, mas pela capacidade de plantar as sementes. Em um mundo em transformação acelerada, seu legado desafia o Brasil a evoluir também na política, porque grandes nações são feitas de ideias ousadas e lideranças que pensam além do poder.

JORNAL DO INTERIOR

Administração e Redação
Rua Pamplona, nº 1188 - Jd Paulista
Sala 81 - CEP: 01405-000
São Paulo - SP
Telefone: (11) 97585-5725

Diretor Responsável
Sebastião Misiara

Editora
Sílvia Melo

Supervisão
William Lopes

Diagramação
Núbia Barros

Projeto Gráfico
GEP Comunicação
gepcom.com.br
glaucaia@gepcom.com.br
Fone (11) 99100-3922

Produção Comercial e Conteúdo
WLS Produções de Vídeo Ltda.
wlsimprensa@gmail.com
CONEXÃO MUNICIPALISTA

Colaboradores
Eliria Buso
Jefferson Bote
Cláudia Costa
Luciana Nogueira

Departamento Jurídico
Dr João Costa
Dra Livia Souza Sabino
Dr Rodrigo Antonio Correa
Dr Williams Kester

Circulação
645 municípios de São Paulo
Os artigos assinados representam
a opinião dos autores.
O ponto de vista do jornal
é expresso no editorial.

Site
www.uvesp.com.br
www.conexidades.com.br
www.jornaldointeriornews.com.br

(11) 94585-5725

Fale com a **UVESP**

Sebastião Misiara
Presidente
misiara@uvesp.com.br

Sílvia Melo
Presidente Executiva
silviamelo@uvesp.com.br

Departamento Comercial
comercial@uvesp.com.br

Redes sociais **UVESP**



@uvesp.official



@jornal_do_interior



@misiarasebastiao

Youtube **UVESP**



www.youtube.com/uvesp



Um fato digno de um estadista

O ex-presidente Michel Temer terminou seu mandato com baixo nível de aprovação. Tornou-se, porém, ao longo do tempo, o ex-presidente mais popular da história do país.

Convidado para importantes eventos nacionais e internacionais, Temer é diariamente consultado por governadores, senadores e deputados de todos os Estados.

Convém recordar porque Temer passou a angariar quase que unanimidade: suas medidas presidenciais, consideradas impopulares de início, tornaram-se a grande alavanca para o desenvolvimento do país.

À medida que o tempo passava, mais crescia a aprovação do ex-presidente, pois as reformas não populares foram corajosas, assim como necessárias. Com a visão de futuro, Temer sabia o resultado.

Promoveu a Reforma Trabalhista, aprovou o teto de gastos, reformou o ensino médio e modernizou as estatais. Entregou o país com juros de 6,5% ao ano. E sem haver ruptura institucional.

Criou também o movimento "Ponto para o Futuro", com auxílio de Arminio Fraga, Marcos Lisboa, Elena Landau, Affonso Celso Pastores e a Fundação Ulisses Guimarães. Mostrou ao país a possibilidade de governar com planejamento, mirando o futuro.

Não muito tempo depois, foi a público para propor o "Movimento Brasil", com metas e a disposição de colocar o crescimento do Investimento Brasil

acima dos interesses e desejos pessoais, jogando no lixo o Custo Brasil.

O movimento foi diretamente endereçado aos pré-candidatos do centro e da direita, como Tarcísio de Freitas, Ratinho Júnior, Ronaldo Caiado, Romeu Zema, Eduardo Leite e Helder Barbalho.

E sua proposta é clara: reunir em discussão e proposições um plano de governo que enfrente os desafios, combata a desigualdade e mostre o rumo certo para o povo brasileiro. A chapa viria depois de registrado o plano de ação governamental.

Um plano nacional, com ações concretas e possíveis, que dê aos pré-candidatos a possibilidade de capilarizar seu nome sem, contudo, atacar aos demais concorrentes.

Juntos, dariam aprovação total ao programa. Um ato de brasilidade, coragem e sentimento coletivo, recebendo o respeito do povo brasileiro.

A proposta, embora voltada à direita, não impede a esquerda de criar seu próprio 'Movimento Brasil', inspirado nas ideias de Temer.

E os Municípios também podem - e devem - aderir ao projeto e colocá-lo em prática já nas próximas eleições. Afinal, os municípios são a base da Nação e, juntos, podem impulsionar o crescimento que todos desejamos.

Michel Temer é hoje um "construtor nos bastidores". Mas é inegável que suas propostas da Ponte e do Movimento são dignas de um estadista. 🇧🇷

Olímpia conquista Selo Safira da Caixa e se consolida como modelo de gestão sustentável

Certificação reconhece boas práticas de governança e reforça potencial para novos investimentos



Superintendente de Governos da CAIXA, Kelly Araújo, superintendente de Rede, Dulce Silvério, e superintendente de Habitação, Ruy Mineli com o prefeito e vice-prefeito

A Estância Turística de Olímpia, no interior paulista, acaba de alcançar um feito inédito em 2025: tornou-se o primeiro município do país a conquistar o **Selo CAIXA Gestão Sustentável - Nível Safira**, concedido pela Caixa Econômica Federal neste ano. O reconhecimento foi entregue em 30 de abril ao prefeito Eugenio José Zuliani, o Geninho, em cerimônia com a presença de autoridades da Caixa, do vice-prefeito Márcio Iquegami, secretários municipais e vereadores.

O selo premia cidades que se destacam na aplicação de boas práticas administrativas, com responsabilidade socioambiental, eficiência nos serviços públicos e transparência na gestão. A certificação Safira é concedida apenas a municípios que atingem ao menos 80 pontos em uma rigorosa avaliação baseada em 21 indicadores, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

"Valorizamos esse tipo de ranking, pois ele permite acompanhar com clareza a eficiência da gestão pública e serve como uma bússola para que possamos avançar na direção certa. Olímpia já é destaque quando o assunto é desenvolvimento

e este selo, com a credibilidade da Caixa e reconhecido pelo Governo Federal, confirma a cidade como um destino seguro para investimentos", afirma o prefeito Geninho.

Indicadores revelam compromisso com a população

A análise que garantiu a Olímpia o **Selo Safira** considerou critérios objetivos, como acesso à água potável, coleta e tratamento de esgoto, saneamento básico, cobertura de creches, qualidade da educação básica e atenção primária à saúde. Todos esses aspectos refletem diretamente na qualidade de vida da população e demonstram o grau de maturidade administrativa da cidade.

"O principal desafio foi justamente compilar todas as informações, os indicadores, para que pudéssemos obter a certificação. Superamos graças a um trabalho em equipe, que tem sido a

nossa marca, envolvendo todas as secretarias, para que pudéssemos conseguir em tempo recorde, ainda no primeiro trimestre, este reconhecimento", explica Geninho.

A Prefeitura de Olímpia já está mobilizada para alcançar a próxima etapa da certificação: o Selo Diamante, que exige uma pontuação mínima de 100 pontos. Para isso, a gestão municipal pretende ampliar políticas nas áreas social, ambiental e de infraestrutura urbana.

"Não só Olímpia, mas todos os municípios enfrentam desafios para tirar as famílias da situação de vulnerabilidade e para isso estamos investindo em capacitação, buscando recursos, inclusive junto à Caixa, para novos programas habitacionais, para dar moradia digna a essas pessoas. Na área do meio ambiente já vamos iniciar a coleta seletiva de resíduos. Ampliaremos os investimentos, sem aumentar impostos, tudo dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é outro termômetro importante para alcançar o Selo Dia-



O prefeito Geninho explica os desafios e vantagens da conquista

Valorizamos esse tipo de ranking, pois ele permite acompanhar com clareza a eficiência da gestão pública'

mante", projeta o prefeito.

Vantagens do reconhecimento

Além de reforçar a imagem de Olímpia como uma cidade bem administrada, o selo traz vantagens concretas. A certificação possibilita à cidade acesso a condições diferenciadas para contratação de produtos e serviços da Caixa Econômica Federal, o que se traduz em mais eficiência no uso dos recursos.

Reconhecida como a "Orlando brasileira" por sua estrutura de parques aquáticos e resorts, Olímpia soma agora um diferencial de peso: um modelo de gestão municipal premiado e alinhado às boas práticas internacionais.

O Selo CAIXA Gestão Sustentável é uma certificação criada pela Caixa Econômica Federal para reconhecer municípios que adotam boas práticas de governança, responsabilidade socioambiental e sustentabilidade (ESG) na gestão pública. A avaliação é baseada em 21 indicadores, divididos nas categorias Ambiental, Social, Governança e Climática, com diferentes pesos e níveis de exigência. A certificação é voluntária e válida por dois anos, podendo ser obtida por qualquer município que atenda aos critérios exigidos.

Os municípios são classificados em quatro níveis de reconhecimento: Cristal (mínimo de 60 pontos), Topázio (70), Safira (80) e Diamante (100). Para alcançar a certificação, são considerados dados de fontes públicas, sistemas governamentais e informações autodeclaradas, sempre com foco na gestão eficiente de recursos, promoção do bem-estar social e desenvolvimento urbano sustentável. 🇧🇷

Claudia Costa
uvesp@uvesp.com.br

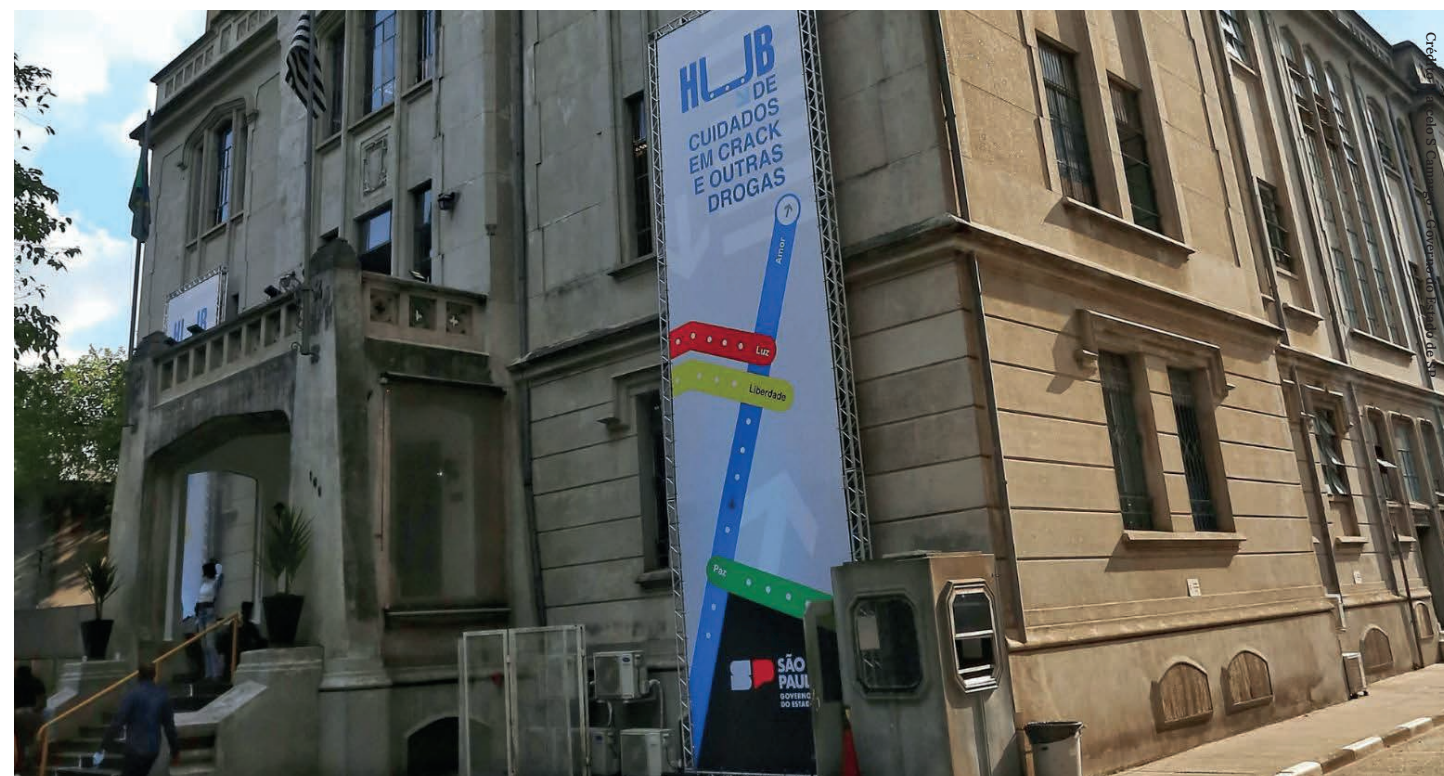
Modelo paulista no combate ao crack, Hub atende 50 mil pessoas e projeta expansão

Além do acolhimento, equipamento já inseriu 108 ex-dependentes no mercado de trabalho

Completando dois anos de funcionamento, o **Hub de Cuidados em Crack e Outras Drogas** registrou 27,6 mil pacientes atendidos, somando 50 mil atendimentos entre triagem e encaminhamentos. Localizado na região central da cidade de São Paulo, próximo à Estação da Luz, o equipamento atende prioritariamente pessoas em situação de vulnerabilidade social e usuários de drogas, especialmente em cenas abertas de uso. O espaço funciona como principal porta de entrada para a rede pública de tratamento da dependência química, encaminhando pacientes para hospitais especializados, comunidades terapêuticas, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Ambulatórios Médicos de Especialidades (AME).

O **Hub** oferece acolhimento imediato, avaliação clínica e psicossocial, além de encaminhamentos para serviços de saúde e reinserção social. O fluxo segue a Linha de Cuidado Integral, lançada pelo Governo de São Paulo em janeiro de 2025, com quatro etapas: abordagem na cena de uso, atendimento no Hub, desintoxicação em unidades especializadas e reinserção social com apoio intersectorial.

O espaço conta com 60 leitos e equipes multidisciplinares em funcionamento ininterrupto. Os profissionais realizam exames clínicos e avaliam a necessidade de encaminhamento para desintoxicação, sempre com consentimento do paciente. Nos últi-



Equipamento na região central de SP já encaminhou cerca de 30 mil dependentes químicos para tratamento

mos dois anos, o estado ampliou o número de leitos para tratamento de dependência química de 345 para 695.

Perfil dos atendidos

Dados dos últimos 12 meses mostram que 93,8% dos pacientes são homens, com maioria entre 26 e 59 anos. Além disso, 75,2% estavam em situação de rua, e 89,5% eram da região central de São Paulo. Sobre o uso de substâncias, 82,2% relataram consumo de crack, e 97,8% estavam há menos de sete dias em abstinência no momento do atendimento.

Resultados e encaminhamentos

O **Hub** consolidou-se como principal acesso à rede de tratamento de dependência química no estado de São Paulo. Segundo o vice-governador e coordenador das ações integradas nas cenas abertas de uso na região central por parte do Estado, Felício Ramuth, "o **HUB** é um equipamento público que já demonstrou sua eficácia, oferecendo um trabalho essencial no acolhimento e tratamento dos dependentes químicos. Nosso objetivo principal vai além da redução do uso de substâncias psicoativas: buscamos levar os dependentes

à autonomia, à independência e a uma vida digna".

O balanço dos dois primeiros anos de funcionamento aponta, ainda, que houve redução de altas precoces em hospitais especializados, indicando maior efetividade no tratamento. Em 2024, foram implantadas cinco Casas Terapêuticas, que acolheram 274 pessoas e facilitaram a inserção socioproductiva de 108 pacientes no mercado de trabalho e em atividades comunitárias.

Proposta de expansão

Diante dos resultados, há planos para a criação de Hubs regionais em outras cidades do

estado. "Com o resultado que estamos colhendo, existe a possibilidade de criarmos Hubs regionais em várias regiões do estado de São Paulo que também sofrem com usuários de drogas. O Hub de Cuidado pode servir de modelo para atendimento em todo estado de São Paulo", acrescenta Ramuth.

A expansão seguiria o mesmo modelo de atendimento integrado, com foco em acolhimento imediato, tratamento especializado e reinserção social, visando ampliar o acesso aos serviços de saúde mental em diferentes municípios.

Elirio Buso
uvesp@uvesp.com.br



Modelo integrado de acolhimento e encaminhamento reduz altas precoces e inspira nova política estadual para dependentes químicos



Felício Ramuth, vice-governador e coordenador das ações fez balanço dos primeiros dois anos de atuação

Os desdobramentos das Emendas Impositivas de Vereadores nos orçamentos dos nossos municípios

STF e TCESP definem limites para emendas de vereadores e reforçam papel fiscalizador

O orçamento público no Brasil tem como uma de suas características o caráter autorizativo, assim, exceto em relação às despesas cuja realização é legalmente determinada, o Poder Executivo detém a discricionariedade de decidir se executa ou não despesas autorizadas nas leis orçamentárias.

Segundo James Giacomini (Orçamento Público, Editora Atlas, 2023), essa faculdade de o Poder Executivo executar ou não despesas autorizadas nas leis orçamentárias anuais aplicava-se também a todas as emendas parlamentares, configurando um "ponto sensível na relação entre os Poderes Legislativo e Executivo na temática do orçamento".

Insatisfeito, o Congresso Nacional formulou a PEC nº 22/2000, que previa que a programação constante da lei orçamentária anual seria de execução obrigatória, salvo excepcionalidade expressamente prevista. Direcionada somente às emendas individuais inseridas no orçamento, acabou promulgada em março de 2015 a EC nº 86 e posteriormente a EC nº 100 de 2019 que, dentre outros aspectos, estendeu a impositividade às emendas de iniciativa de bancada.

Outra atualização promovida em 2022, a EC nº 126, majorou de 1,2% para 2% o limite para participação de tais instrumentos, de execução obrigatória (impositiva).

Diante das mudanças na Constituição Federal ocorridas a partir de 2015, garantindo a execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares individuais e de bancada em nível federal, diversos



Emendas impositivas municipais impactam o orçamento e exigem gestão fiscal responsável

municípios incorporaram essas normas às suas leis orgânicas, imputando maior poder dos vereadores sobre recursos orçamentários locais.

Neste estágio, importante que o Poder Legislativo adeque a lei orgânica do município, obedecendo aos limites constitucionais, bem como que revise o regimento interno para estabelecer critérios, prazos e fluxos de tramitação claros, e que sejam elaboradas normas complementares ou manual orientativo que discipline todo o processo, nos termos do Comunicado SDG nº 28/2025 (TCESP).

A impositividade das emendas parlamentares em âmbito municipal reflete no notório comprometimento do orçamento público com despesas de caráter obrigatório e reforça a premissa de que o pouco disponível para gastos discricionários deve ter sua execução muito bem planejada, pautada por critérios técnicos, e não por interesses meramente eleitoreiros. Ou seja, a tomada de decisão sobre o uso do escasso recurso disponível para o Poder Executivo municipal aplicar em políticas públicas prioritárias passou a ser compartilhada diretamente com o Poder Legislativo, agora tam-

de "Orçamento Impositivo" não deve ser confundido com "Orçamento Arbitrário".

O primeiro deles é o poder-dever irrenunciável do Executivo de examinar a validade desses gastos, avaliando se existe ou não impedimento de ordem técnica para execução, em especial a adequação da despesa com o processo orçamentário. Portanto, cabe ao Poder Executivo verificar se o plano de trabalho da emenda proposta pelo parlamentar está em conformidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Além disso, o relator destaca que os preceitos constitucionais devem ser observados quando da execução das emendas impositivas, em especial o princípio da eficiência, pois o dispêndio dos recursos orçamentários deve garantir que os bens e serviços decorrentes sejam usufruídos pelos cidadãos, nos termos do § 10 do artigo 165 da CF.

Aspectos referentes às limitações legais e de gestão fiscal, conforme a decisão, também precisam estar sob olhar atento do Executivo, de modo que a execução das emendas não comprometa o respeito às metas fiscais e aos limites de despesas e, não menos importante, as emendas impositivas devem seguir regras de transparência que permitam o controle social, desde a origem até a execução orçamentária e financeira.

Dessa forma, a prerrogativa parlamentar de propor emendas ao orçamento dos municípios, desde que respeitadas as balizas fixadas pelo TCESP e decisão do STF, ou seja, devidamente amparadas por regramento específico, perfiladas às peças de planejamento (aprovadas pelos próprios edis) e com a necessária transparência e monitoramento, muito mais do que uma suposta intromissão do vereador em papel antes restrito ao executivo, pode se tornar um interessante instrumento de qualificação das ações e políticas públicas no âmbito municipal, contribuindo para melhor atender aos interesses e necessidades da comunidade.

Cabe ao Poder Executivo verificar se o plano de trabalho da emenda proposta pelo parlamentar está em conformidade com o Plano Plurianual

bém protagonista na execução do orçamento.

Nessa perspectiva, a decisão do Ministro do STF, Flávio Dino, na ADI 7697 MC/DF, traz importantes pontos a serem observados pelos municípios que implementaram as emendas impositivas em seu ordenamento jurídico, pois, o conceito



José Paulo Nardone
Diretor Técnico da Unidade Regional do TCESP em Bauru.
Dênis Cássio Gabriel
Chefe Técnico da Fiscalização da Unidade Regional do TCESP em Bauru

Municípios de Interesse Turístico: uma década de desenvolvimento turístico e regional

Criados em 2015, os MITs já repassaram R\$ 300 milhões para obras em 144 cidades

Em 2025, o Estado de São Paulo está celebrando os 10 anos da promulgação da Lei Complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015, que instituiu os Municípios de Interesse Turístico (MITs). Esta política pública organizou os municípios em duas categorias – Estâncias Turísticas, que já existiam, e MITs, recém-criados à época – e representou um marco no estímulo ao desenvolvimento econômico e social das cidades paulistas com vocação turística.

Desde então, o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Turismo e Viagens (Setur-SP) e do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR), firmou cerca de 860 convênios com municípios reconhecidos como MITs. Com isso, foram entregues mais de 590 obras e investidos quase R\$ 300 milhões em infraestrutura turística em mais de 140 municípios.

Os recursos foram direcionados a projetos de valorização dos atrativos locais, como praças temáticas, centros de atendimento ao turista, ciclovias, trilhas ecológicas, orlas requalificadas, mirantes e sinalização turística. Além disso, a iniciativa transformou o cenário de cidades do interior e litoral paulista, impulsionando o turismo como gerador de renda e emprego.

A atuação da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (UVESP) foi significativa nesse



A nova diretoria da AMITESP foi empossada com a presença do secretário Roberto de Lucena junto à comemoração de 10 anos

processo. A instituição abraçou o projeto desde a sua origem, colaborando com as articulações que culminaram na sanção da lei em 2015. “Desde aquela época a UVESP colaborou conosco nesta empreitada”, afirma João Caraméz, ex-deputado estadual e autor da lei que criou os MITs.

A UVESP também participou ativamente das discussões e eventos relacionados à implementação dos MITs, sendo parceira da Associação dos Municípios de Interesse Turístico do Estado de São Paulo (AMITESP) desde sua fundação. A AMITESP surgiu após a sanção da legislação, com o propósito de representar os interesses dos

municípios reconhecidos como MITs, atuando junto ao governo estadual e outras esferas do poder público.

Sebastião Misiara, presidente do Conselho Gestor da UVESP, destaca a importância histórica da criação da lei e o papel de Caraméz no processo. “Graças a ele, nós tivemos esta lei que tem hoje 144 municípios, caminhando para 160 e, certamente, vários municípios que têm a vocação turística serão incorporados na lei que João Caraméz criou, lá atrás, em 2002 e que foi aprovada em 2015”.

Já o secretário de Turismo e Viagens do Estado, Roberto de Lucena comenta que: “após a criação dos MITs, assistimos a uma verdadeira transformação no cenário turístico paulista. Municípios se reinventaram, fortaleceram sua vocação turís-

tica e mobilizaram toda a cadeia produtiva. Os resultados nos orgulham muito”.

Lucena, que em 2015 era igualmente o representante da pasta, fala ainda sobre a relevância econômica do setor: “somos líderes em recepção de turistas estrangeiros, temos os três aeroportos mais movimentados do país e somos o maior emissor de turistas nacionais. Isso mostra a força e a diversidade do turismo paulista”.

Ao longo da última década, casos como o de Rifaina, Barretos e municípios da Região de São José dos Campos exemplificam os impactos do programa. Rifaina, que recebeu o título de MIT em 2017, observou uma intensa expansão do setor turístico, com aumento de hospedagens e previsão de inauguração de um resort com 320 apartamentos em 2025.

Barretos, por sua vez, consolidou sua vocação com eventos de grande porte, como a Festa do Peão, e evoluiu para Estância Turística. Em São José dos Campos e arredores, 23 municípios – 9 MITs e 14 Estâncias – já receberam mais de R\$ 209 milhões em investimentos. Cachoeira Paulista, por exemplo, recebeu 1,8 milhão de visitantes em 2023, impulsionada pelo turismo religioso.



Igaratá é um dos mais de 140 MITs que se beneficiam do programa, especialmente em infraestrutura turística

É um grande e poderoso ecossistema que é incomparável em nível Brasil, não existe nada parecido

Outros municípios, como Paraibuna, Cruzeiro e Igaratá, também foram beneficiados. Paraibuna tornou-se Estância Turística e passou a explorar o turismo rural e náutico. Cruzeiro revitalizou o Túnel da Mantiqueira, um de seus principais atrativos, enquanto Igaratá ganhou um centro turístico para melhor acolher os visitantes.

Nova Diretoria da AMITESP e avanços estratégicos

A comemoração dos 10 anos da Lei dos MITs também foi marcada pela posse da nova diretoria da AMITESP, em evento realizado no último dia 14 de maio. A cerimônia reuniu representantes do setor turístico e prefeitos de municípios integrantes da política, além de lideranças que contribuíram para a consolidação da iniciativa.

Durante o encontro, foram assinados os “Autorizo” para a implantação de dois novos projetos: o programa de “Capacitação de Gestores de Turismo” e a contratação de esta-



A trajetória dos MITs em SP conta com o apoio contínuo da UVESP, que participou ativamente da consolidação desta política pública

giários da Universidade de São Paulo (USP) para atuação nos municípios nas áreas de Turismo, Engenharia e Arquitetura. As medidas visam qualificar os quadros técnicos e aprimorar a infraestrutura local.

Na ocasião, também foram entregues homenagens a personalidades que desempenharam papel relevante no fortalecimento da política. Entre os homenageados estiveram João Caraméz, Jarbas Favoretto (presidente Executivo da AMITur), Waldirene Ricanelo (di-

retora Executiva da AMITESP), Roberto de Lucena e Rui Alves (secretário de Turismo da capital paulista).

O novo presidente da associação, José Basílio, prefeito de Santa Clara d'Oeste, ressalta o compromisso da entidade com o desenvolvimento das cidades turísticas. “Este é um símbolo de união e do nosso compromisso com o crescimento regional. Vamos apoiar com mais eficiência os municípios e fortalecer o turismo no interior”.

De acordo com Lucena, a



Roberto de Lucena, secretário de turismo quando a lei foi sancionada e atualmente faz um balanço do que a iniciativa significa para o turismo paulista

política dos MITs representa uma iniciativa sem paralelo no país. “É um grande e poderoso ecossistema que é incomparável em nível Brasil, não existe nada parecido, como política de Estado, onde o Governo do Estado transfere recursos do seu Tesouro para os Municípios Turísticos, para que eles possam melhorar a infraestrutura e assim possam melhorar-se para os cidadãos e para os turistas”, finaliza.

Eliria Buso
uvesp@uvesp.com.br

Semana do MEI

De 26/05 a 01/06
online e presencial

No MEI e na coragem, conte com o Sebrae.

Se você quer abrir, formalizar ou melhorar seu negócio, participe da Semana do MEI.

Atendimentos, Sebrae Móvel, lojas colaborativas, consultorias e cursos gratuitos sobre vendas, gestão, marketing, inovação, crédito e muito mais!

Inscriva-se:
semanadomei.sebraesp.com.br

Inédito, túnel imerso entre Santos e Guarujá avança com leilão marcado para agosto

Novidade deve atrair 40 mil veículos/dia e economizar R\$ 1,2 bi/ano em combustível

O Brasil terá seu primeiro túnel imerso, com 870 metros de extensão sob o mar, conectando as cidades de Santos e Guarujá. O projeto, lançado em fevereiro pelo governador Tarcísio de Freitas, representa um investimento estimado em R\$ 6 bilhões, divididos entre Governo do Estado, Governo Federal e iniciativa privada. A estrutura será construída, operada e mantida por uma concessionária, com previsão de conclusão em até 30 anos.

Atualmente, o deslocamento entre as duas cidades é feito por balsas ou por uma rodovia de aproximadamente 40 km. Diariamente, mais de 21 mil veículos, 7,7 mil ciclistas e 7,6 mil pedestres utilizam os serviços de travessia aquaviária. O túnel, localizado no centro do canal entre as regiões de Outerinhos (Santos) e Vicente de Carvalho (Guarujá), reduzirá o tempo de viagem para cerca de cinco minutos, além de integrar sistemas de transporte público e melhorar a logística regional.

Próximas etapas do projeto

O projeto está qualificado no Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP) e no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O edital de concessão foi lançado em fevereiro, e o leilão está previsto para 1º de agosto de 2025. A iniciativa privada será responsável pela elaboração do projeto executivo, construção, operação e manutenção por três décadas, com remuneração via tarifa de usuários e possíveis contrapartidas públicas.

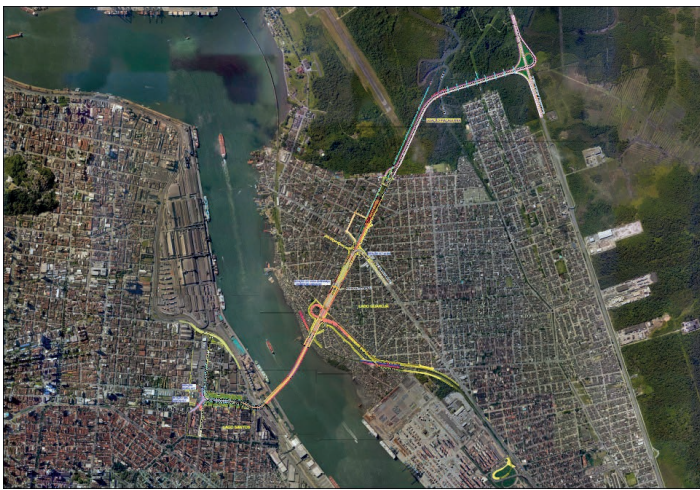
Além disso, a construção seguirá etapas específicas, incluindo a preparação do solo, fabricação de módulos de concreto em doca seca, transporte por flutuação e imersão controlada no leito marítimo. Sensores e sistemas eletrônicos garantirão o posiciona-



Prefeito de Santos classifica projeto como 'determinação' para resolver problema histórico de mobilidade



Projeto de R\$ 6 bilhões deve reduzir travessia de 40 km para 5 minutos



Com investimento público-privado, obra gerará 9 mil empregos e promete revolucionar mobilidade na Baixada Santista

mento preciso dos segmentos, que serão recobertos por camadas de proteção contra impactos externos.

Impactos na região

O túnel deve solucionar um gargalo histórico na mobilidade da Baixada Santista, facilitando o tráfego de veículos, transporte público, ciclistas e pedestres. Além disso, a obra não interferirá na expansão do Porto de Santos, o maior da América Latina, e pode impulsionar o desenvolvimento econômico e turístico da região.

O prefeito de Santos, Rogério Santos, destaca a importância do projeto: "este túnel pode se chamar 'determinação'. 'Determinação' do presidente Lula, do governador Tarcísio, de tirar um projeto de mais de 100 anos do papel. Representa a mudança de uma realidade que, por muito tempo, limitou o potencial de nossas cidades. Durante décadas, muitos moradores de Santos e Guarujá perderam horas nas filas da travessia de balsas. O túnel permitirá que todos nós possamos

cruzar essas duas importantes cidades de forma muito mais rápida e segura".

Já sobre a relação com o porto e o equilíbrio entre a logística portuária e a melhoria no tráfego de veículos e pedestres com essa nova ligação, o líder do Executivo lembra que: "durante muito tempo se falava que a cidade e o porto estavam de costas um para o outro. Hoje isso mudou, fruto de planejamento e muito diálogo englobando todo o setor portuário, como empresas responsáveis por terminais, operadoras portuárias, trabalhadores, sindicatos, e a Autoridade Portuária. O Túnel Santos-Guarujá tem potencial para trazer melhorias significativas para o Porto de Santos, contribuindo para a eficiência operacional e o desenvolvimento econômico da região. A expectativa é que o tráfego nas vias convencionais diminua, o que pode facilitar o acesso ao porto e melhorar a logística de transporte na região. No entanto, como em qualquer projeto de infraestrutura, é importante considerar também os desafios e impactos que podem surgir durante a obra. A cons-



Estrutura de 870 metros sob o mar terá faixas para veículos, VLT, ciclistas e pedestres

trução vai gerar 9 mil empregos diretos e indiretos, com picos durante as fases de escavação previstas para acontecerem entre 2026 e 2028. Com o projeto finalizado, esse investimento na infraestrutura pode atrair novos negócios, promovendo o crescimento econômico não apenas de Santos, mas também do Guarujá e áreas adjacentes".

Atração de investimentos

Neste mês de abril, o governo de São Paulo vem participando de roadshows internacionais, incluindo visitas a projetos similares, como o túnel Fehmarnbelt (Dinamarca-Alemanha), para atrair investidores.

Com licença ambiental prévia e estudos validados por consultorias internacionais, o Túnel Santos-Guarujá representa um marco na infraestrutura brasileira, combinando inovação técnica e impacto socioeconômico para a Baixada Santista.

Eliria Buso
uvesp@uvesp.com.br

Vigiar e punir com transparência e responsabilidade

Enquanto cidades adotam reconhecimento facial em larga escala, Brasil ainda não tem lei para evitar abuso



Solução tecnológica avança, mas sociedade discute até onde deve ir

Uma pesquisa nacional publicada em abril trouxe à tona uma constatação alarmante, mas já percebida por qualquer cidadão que transita pelas grandes cidades do país: a violência e o crime são hoje a principal fonte de aflição do brasileiro. Segundo o levantamento da Quaest, 29% da população manifestam preocupação com o tema –um aumento de três pontos percentuais em relação à pesquisa realizada em janeiro.

A falta de segurança voltou a ganhar um papel central no debate público e vem moldando políticas, comportamentos e decisões governamentais. Assim, não surpreende que o Estado busque alternativas tecnológicas para responder aos desafios impostos pela criminalidade urbana. Entre essas alternativas, destaca-se o uso crescente de câmeras com tecnologia de reconhecimento facial.

Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Belo Horizonte têm ampliado o uso dessa ferramenta, que promete agilidade, precisão e capacidade de resposta mais rápida às ocorrências. Essas câmeras, geralmente instaladas em pontos estratégicos, como estações de metrô, centros comerciais, vias movimentadas e entradas de grandes eventos, são conectadas

a bancos de dados das forças de segurança pública, permitindo a identificação em tempo real de pessoas procuradas pela Justiça ou envolvidas em investigações criminais. Trata-se de uma inovação que, sob a ótica da eficiência, possui um apelo evidente: é uma forma de modernizar o combate ao crime, de antecipar ações policiais e de ampliar o alcance do olhar estatal em espaços urbanos cada vez mais complexos e dinâmicos.

Há, com efeito, resultados promissores. Na Bahia, por exemplo, um dos estados que mais investiram na vigilância por câmeras, o uso dessa tecnologia resultou, desde 2019, na prisão de quase 2.000 foragidos. Autoridades e especialistas em segurança pública apontam que a presença das câmeras pode inibir a prática de delitos, além de permitir que a atuação policial se torne mais precisa, evitando deslocamentos desnecessários e aumentando a eficácia das operações. A promessa de uma cidade de mais segura, vigiada por olhos eletrônicos que jamais piscam, parece, à primeira vista, a resposta ideal para uma sociedade, compreensivelmente, ansiosa por segurança.

No entanto, os riscos associados ao reconhecimento facial não podem ser ignorados nem relativizados. Diversos estudos

O poder público tem o dever de buscar soluções inovadoras para os problemas complexos que afligem a sociedade

conduzidos por instituições independentes e especialistas em direito digital e tecnologia têm apontado falhas importantes nesses sistemas, especialmente relacionadas à ocorrência de falsos positivos. Os algoritmos, por mais avançados que sejam, não estão imunes a erros, e esses erros não são distribuídos de maneira aleatória.

Pessoas negras e indivíduos de áreas periféricas têm sido, de maneira desproporcional, alvos de identificações equivocadas, o que revela um viés nos dados utilizados para o treinamento dessas inteligências artificiais. Em outras palavras, a tecnologia, em vez de neutralizar desigualdades históricas, pode acabar por reforçá-las, institucionalizando práticas discriminatórias sob o manto da eficiência técnica.

Outro aspecto preocupante é o vácuo legal em que se encontra o uso dessa tecnologia. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estabelece diretrizes para

o tratamento de dados sensíveis – como imagens e características biométricas –, mas não entra no mérito do uso das tecnologias de vigilância como medida de segurança pública. Na prática, isso significa que não há regras claras sobre armazenamento das imagens, prazos de retenção, auditorias independentes ou mecanismos de responsabilização em caso de uso abusivo. Já passa da hora, portanto, de o Congresso Nacional formular, debater e aprovar um marco legal específico sobre o tema.

O poder público tem o dever de buscar soluções inovadoras para os problemas complexos que afligem a sociedade, como é o caso da violência urbana. No entanto, esse dever deve vir acompanhado de responsabilidade, cautela e profundo respeito aos direitos individuais. O reconhecimento facial pode, sim, contribuir para o enfrentamento da criminalidade, desde que seja utilizado com absoluta transparência em seus objetivos, com proteção rigorosa das imagens gravadas e com garantias efetivas de que não haverá reprodução de preconceitos raciais, sociais ou de gênero em suas identificações.

A segurança pública não pode ser construída à custa da cidadania. É possível – e necessário – compatibilizar tecnologia e democracia, eficiência e direitos humanos, inovação e justiça. O sucesso do combate ao crime no Brasil dependerá, em grande medida, da nossa capacidade de equilibrar esses princípios em benefício de todos.



Dimas Ramalho
Conselheiro-corregedor do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Associações de prefeitas e primeiras-damas renovam lideranças em São Paulo

Novas diretorias terão como foco ampliar a representatividade feminina na política



Instituições reforçam compromisso com a presença feminina na gestão pública

No último dia 7 de maio, ocorreu a cerimônia de posse das novas diretorias da Associação das Primeiras-Damas do Estado de São Paulo (APDESP) e da Associação das Prefeitas e Vice-Prefeitas do Estado de São Paulo (APVPESP). O evento, realizado no Auditório Franco Montoro, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), contou com a presença de autoridades, lideranças políticas e representantes da sociedade civil.

Regina Nunes, primeira-dama da capital paulista, assumiu a presidência da APDESP, sucedendo Luana Pocay, esposa do ex-prefeito de Ourinhos, que esteve à frente da associação por dois anos. Na mesma ocasião, Ana Karin Andrade, ex-prefeita de Cruzeiro, foi empossada como nova presidente da APVPESP, substituindo Luciani Martinelli, ex-prefeita de Guarapuava, que liderou a entidade desde 2022.

Em seu discurso, Regina Nunes reforçou o compromisso com as causas sociais e a importância de parcerias institucionais para ampliar o alcance das ações voltadas às populações mais vulneráveis. “Esses anos têm sido de muito aprendizado e de esforço con-

tínuo para fazer a diferença. Por isso, hoje me sinto preparada para assumir a presidência da APDESP”.

Já Luana Pocay, em sua fala de despedida, agradeceu a confiança das primeiras-damas e reforçou o trabalho desenvolvido durante sua gestão, caracterizado por escuta ativa e ações sociais. Luciani Martinelli também encerrou

A APVPESP é mais do que uma associação — é uma rede de força e resistência



Regina Nunes e Ana Karin Andrade assumiram as presidências da APDESP e da APVPESP, respectivamente

A cerimônia reuniu primeiras-damas, prefeitas, vice-prefeitas e autoridades dos três poderes, demonstrando o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas duas associações. A APDESP promove a troca de experiências entre primeiras-damas e a implementação de políticas públicas voltadas à inclusão social. Enquanto a APVPESP apoia a atuação institucional de prefeitas e vice-prefeitas, incentivando a representatividade feminina nos executivos municipais. Ambas contam com parceria da Associação Paulista de Municípios (APM).

Entre as lideranças femininas que compuseram a mesa estiveram: a vereadora Edir Sales, a promotora de Justiça Fabíola Sucasas e a presidente Executiva da UVESP Silvia Melo, reforçando a integração entre legislativo, judiciário e sociedade civil. Também estiveram presentes lideranças como a advogada Kátia Boulos, representando o Conselho da Condição Feminina do Estado de São Paulo, e Silvana Herrera, vice-presidente do Instituto Mulheres Solidárias.

A nova presidente da APVPESP, Ana Karin, ressaltou a importância da união entre as mulheres na política e o papel da associação como espaço de acolhimento, articulação e transformação. “A APVPESP é mais do que uma associação — é uma rede de força e resistência. Assumo com humildade, mas também com firmeza, disposta a continuar esse trabalho com diálogo, representatividade e presença ativa nos municípios”.

Durante o evento, houve ainda a entrega de Menção Honrosa à Maria Luiza Machado e Ana Maria Machado, agraciadas com o título de Embaixadoras dos Autistas pelo Instituto Mulheres Solidárias, APDESP e APVPESP. O reconhecimento destacou o envolvimento das jovens com causas sociais e sua mensagem de acolhimento.

A cerimônia marcou um momento de transição e continuidade, com ênfase na atuação coletiva e no fortalecimento da representatividade feminina na gestão pública. A presença expressiva de lideranças demonstrou a relevância das associações na promoção de políticas inclusivas e no diálogo entre diferentes esferas de poder.

Eliria Buso
uvesp@uvesp.com.br

8º CONEXIDADES

SUSTENTABILIDADE:
DESAFIO E PRIORIDADE PARA AS LIDERANÇAS

SÃO MUITOS MOTIVOS PARA SE INSCREVER!

C ONHECIMENTO
O PORTUNIDADES
N ETWORKING
E XPERIÊNCIAS
E XCELÊNCIA
I NSPIRAÇÃO
D ESENVOLVIMENTO
P A RCERIAS
D EBATES
LID E RANÇAS
S USTENTABILIDADE

INSCRIÇÕES ABERTAS WWW.CONEXIDADES.COM.BR

HOLAMBRA

4.AGO 20
8.AGO 25 CENTRO DE EVENTOS
EXPOFLORA



E você? Quais os seus motivos para não perder a próxima edição do Conexidades? Acesse o QR Code e participe!

Realização



Correalização



Economia paulista avança no primeiro bimestre com indústria, serviços e agropecuária

Além do PIB, SP lidera em geração de empregos com 175 mil postos em janeiro e fevereiro

O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo cresceu 1,4% no acumulado de janeiro e fevereiro de 2025, em comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo dados da Fundação Seade. Todos os setores da economia paulista apresentaram desempenho positivo, com destaque para agropecuária (3,0%), serviços (2,2%) e indústria (0,9%). Ainda de acordo com o levantamento, no acumulado dos últimos 12 meses o PIB paulista registrou expansão de 3,1%, com maior contribuição da indústria (2,2%) e serviços (3,2%). Em fevereiro de 2025, o indicador avançou 1,0% na comparação com fevereiro de 2024, impulsionado pela agropecuária (12,1%), indústria (0,5%) e serviços (1,9%).

Geração de emprego formal cresce 28%

Além do PIB, o estado se destacou na geração de empregos no início deste ano. Nos dois primeiros meses de 2025, foram criados 175 mil novos postos de trabalho formais em São Paulo, um aumento de 28% em relação ao mesmo período de 2024. Com esse resultado, o estado atingiu um estoque de 14,5 milhões de empregos com carteira assinada, o que representa cerca de 30% do total nacional. Os salários médios também apresentaram crescimento. Em 2023, a remuneração média no estado foi de R\$ 4.512, com aumento real de 2,1% em relação ao ano anterior, superior à média



Indústria paulista cresce 0,9%, e comércio ampliado reage com alta de 1,7%

nacional (0,9%). Os setores que mais contribuíram para a geração de empregos e renda foram informação e comunicação, atividades financeiras, imobiliárias e serviços profissionais.

Desempenho da indústria e serviços

A Fundação Seade divulgou também seu Boletim Setorial que detalhou o desempenho dos setores de indústria, comércio varejista ampliado e serviços no mês de janeiro de 2025. Os dados mostram que a indústria de transformação paulista registrou um avanço de 1,9% em relação ao mês anterior, já descontados os efeitos sazonais. O setor de serviços também apresentou crescimento, com uma alta de 2,3% em janeiro

de 2025 na comparação mensal, compensando as quedas observadas nos dois meses precedentes. O comércio varejista manteve-se estável (0,0%) em relação ao mês anterior. Por outro lado, o comércio varejista ampliado, que engloba materiais de construção e automóveis, expandiu-se em 1,7% na passagem de dezembro de 2024 para janeiro de 2025, após registrar duas retrações consecutivas. Na análise do acumulado em 12 meses, a recuperação da indústria de transformação paulista, iniciada em abril de 2024, mostrou uma desaceleração, passando de um crescimento de 3,6% em dezembro de 2024 para 3,3% em janeiro de 2025. O setor de comércio, apesar das variações positivas tanto no varejo (4,5%) quanto no varejo ampliado (1,1%), demonstrou um ritmo de crescimento menos intenso no acumulado dos últimos 12 meses. Já o setor de serviços, no acumulado de 12 meses em relação aos 12 meses anteriores, manteve a mesma taxa de variação positiva de 4,6% registrada em dezembro de 2024. No setor de serviços, três das cinco atividades analisadas tiveram crescimento em relação ao mês anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, os serviços profissionais, administrativos e complementares li-

deraram o crescimento (11,1%), seguidos pelos serviços de informação e comunicação (7,1%) e serviços prestados às famílias (4,9%).

Iniciativas de desenvolvimento econômico regional

O secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, Jorge Lima, tem realizado encontros com lideranças empresariais no interior do estado para discutir estratégias de desenvolvimento regional. "Estamos percorrendo o interior para ouvir as demandas do setor produtivo e reforçar o compromisso do Governo de São Paulo com o desenvolvimento regional. Cada município tem suas vocações econômicas e, com planejamento e parceria, podemos potencializar essas forças para gerar mais emprego, renda e oportunidades para a população", afirma. Recentemente, os municípios de Pederneiras, Dois Córregos e Agudos foram os visitados, ilustrando a diversidade econômica do estado e a busca por soluções específicas para cada região. Pederneiras tem forte presença industrial (36,7% do PIB), enquanto Dois Córregos se destaca no setor de serviços (56% do PIB). Agudos, por sua vez, tem na indústria sua principal atividade econômica, com participação de 42,5% no PIB municipal.

Eliria Buso
uvesp@uvesp.com.br

EVOLUÇÃO DO PIB PAULISTA, EM %	 Agropecuária	 Indústria	 Serviços
Fev.2025/jan.2025 (com ajuste sazonal)	11,0	-1,2	-0,3
Acumulado nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses imediatamente anteriores	-3,3	2,2	3,2
Fev.2025/jan.2024	12,1	0,5	1,9
Acumulado no ano em relação a igual período do ano anterior	3,0	0,9	2,2

ROYAL TULIP HOLAMBRA O REFÚGIO PERFEITO ENTRE FLORES E CONFORTO

Localizado no coração da cidade das flores, o Royal Tulip Holambra oferece uma experiência única de hospedagem com:

-  Lazer completo: Piscinas, academia e áreas de convivência.
-  Gastronomia refinada: Pratos que encantam todos os paladares.
-  Conforto e segurança: Suites modernas e equipe treinada para seu bem-estar.
-  Recreação para todas as idades: Atividades que divertem adultos e crianças.
-  Pet Friendly: Seu companheiro de quatro patas é nosso convidado especial.
-  Centro de Convenções: Estrutura completa para eventos corporativos e sociais.
-  Padrão internacional: Qualidade e excelência reconhecidas mundialmente.

Venha viver momentos inesquecíveis no melhor hotel da região.



Estrada HBR 167, 935 Holambra - SP
CEP 13825-000
Tel: +55 (19) 3800-3850 | +55 (19) 9938-3122
rthlreservas@goldentulip.com.br
royal-tulip-holambra.goldentulip.com

Municípios ganham novo fôlego para planejar a mobilidade urbana com apoio e investimentos

Ampliação de prazos, cooperação e recursos do Novo PAC abrem caminho para cidades mais sustentáveis



A mobilidade urbana é um dos maiores desafios para os municípios

A mobilidade urbana segue como um dos principais desafios das cidades brasileiras, especialmente dos municípios de pequeno e médio porte no interior do país. Essas localidades enfrentam dificuldades históricas para estruturar sistemas de transporte eficientes, sustentáveis e acessíveis. Muitas dessas prefeituras lidam com escassez de recursos, falta de profissionais capacitados e problemas de planejamento de longo prazo, o que dificulta a implementação de políticas públicas duradouras e eficazes.

A Lei 12.587/12, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, determinou que os municípios com mais de 20 mil habitantes elaborassem seus Planos de Mobilidade Urbana. No entanto, passados mais de dez anos, a maioria ainda não conseguiu cumprir essa exigência. Para dar fôlego aos gestores, o Projeto de Lei 4722/24, em tramitação na Câmara dos Deputados, propõe a ampliação dos prazos legais para a entrega desses planos, de modo a permitir que os municípios se organizem melhor e tenham tempo de acessar recursos e apoio técnico.

A proposta, apresentada pelo deputado Gilson Daniel, estabelece novas datas-limite: 12 de abril de 2026 para cidades com mais de 250 mil habitan-

tes e 12 de abril de 2027 para os demais municípios. Atualmente, os prazos vigentes são abril de 2024 e abril de 2025, respectivamente, ambos já ultrapassados. Caso não cumpram a norma, os municípios ficam impedidos de receber recursos federais destinados à mobilidade urbana, com exceção daqueles utilizados para a elaboração do próprio plano.

O Plano de Mobilidade Urbana é uma ferramenta estratégica de planejamento que deve orientar as políticas públicas voltadas à mobilidade. A lei prevê que essas ações priorizem o transporte público coletivo e os modos não motorizados, promovendo uma mobilidade mais inclusiva e ambientalmente sustentável.

Compartilhamento de dados

Para apoiar os municípios, foi criada em abril a Rede de Cidades do Observatório Nacional de Mobilidade Sustentável, coordenada pelo Centro de Estudos das Cidades – Laboratório Arq.Futuro do Insper. A iniciativa visa promover, a troca de informações e experiências entre os gestores públicos, com foco na construção de um banco nacional de dados sobre mobilidade urbana.

O Observatório Nacional de Mobilidade Sustentável, criado em 2023, pretende consolidar-se como repositório central de informações sobre mobilidade no país. Ele dialoga com outras plataformas, como o Observatório da Mobilidade Urbana de Salvador e o Observatório das Metrópoles, que já contribuem com dados e análises em tempo real sobre deslocamentos, segurança viária e políticas locais. Agora, com a criação da Rede de Cidades, espera-se engajar mais municípios para essa troca de dados confiáveis.

Oportunidades para os municípios

A busca por soluções eficazes passa também por novos investimentos. Em Hortolândia, durante a 92ª Reunião do Fórum Paulista de Secretários e Dirigentes de Mobilidade Urbana, o secretário nacional de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, Denis Andia, apresentou os principais eixos de atuação do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Com foco em renovação de frota, infraestrutura viária e mobilidade ativa, o Novo PAC já destinou mais de R\$ 20 bilhões em 2024. Para 2025, serão R\$ 4,4 bilhões em recursos voltados à renovação de veículos e R\$ 4 bilhões para obras de infraestrutura. O objetivo é reduzir as emissões de carbono, melhorar o serviço de transporte público e incenti-

O objetivo é reduzir as emissões de carbono, melhorar o serviço de transporte público e incentivar o uso de meios de transporte mais limpos



Soluções sustentáveis são as melhores apostas para o futuro

var o uso de meios de transporte mais limpos.

De acordo com o Ministério das Cidades, 43 propostas de municípios já foram enviadas para seleção no Novo PAC em todo o país. Pela primeira vez, cidades com mais de 150 mil habitantes estão aptas a apresentar projetos, o que amplia significativamente a possibilidade de participação de centros urbanos de porte médio.

Exemplos do interior

No interior paulista, Hortolândia é um exemplo de cidade que vem investindo em modernização. O município será contemplado com oito ônibus elétricos a partir de 2025. Para receber a nova frota, está sendo construído um eletroterminal com estações de recarga, e o plano municipal prevê tarifas reduzidas para incentivar o uso das novas linhas.

“O maior desafio, sem sombra de dúvida, é a mudança da mentalidade das pessoas para aceitar as mudanças de conceitos e paradigmas necessários para a ampliação da segurança viária, como, por



Apoio mútuo e investimentos devem melhorar a perspectiva das cidades

exemplo, a redução da velocidade regulamentada nas vias, ou ainda a adoção de novas matrizes energéticas para propiciar a melhoria e a sustentabilidade do transporte público coletivo”, destaca o Secretário de Mobilidade Urbana de Hortolândia, Atilio André Pereira.

Tendo Hortolândia sido sede do Fórum Paulista de Mobilidade Urbana, o secretário destaca a importância desse evento para a troca de experiências

entre as cidades. “Sempre funciona como uma via de mão dupla, apresentando as soluções adotadas em nosso município e aprendendo com as experiências dos demais. Neste contexto foi interessante, conhecer a experiência dos outros municípios com relação a implantação dos ônibus elétricos”, diz.

Outra iniciativa relevante é a parceria entre a Prefeitura de São Paulo e o município de Ribeirão Preto. O acordo de

cooperação técnica tem duração de 12 meses e prevê intercâmbio de boas práticas na área de mobilidade e planejamento urbano.

Ribeirão Preto é referência nacional por suas iniciativas inovadoras e por ter um dos Planos de Mobilidade mais bem avaliados do país, tendo recebido o **prêmio InovaCidade** e sendo reconhecida pelo Observatório Nacional de Segurança Viária por suas campanhas educativas e ações estruturantes para redução de acidentes.

Por meio de nota, a São Paulo Urbanismo informa que prestará apoio técnico à Prefeitura de Ribeirão Preto na avaliação de estudos técnicos e projetos urbanísticos, além da proposição de soluções inovadoras para o desenvolvimento da cidade. A parceria também prevê a promoção de eventos e integrações técnicas de interesse mútuo. A colaboração entre as entidades possibilitará a otimização dos recursos, garantindo maior eficiência e qualidade nas ações desenvolvidas.

Cláudia Costa
uvesp@uvesp.com.br

OM30 CLASS

Especialização Gratuita para Gestores e Servidores Públicos!

Cursos de curta duração focados em resultados rápidos e tangíveis. Aprenda com especialistas renomados e aplique novos conhecimentos na sua prática diária.

Acesse:
www.om30class.com.br

Santo Antônio do Pinhal é município referência na adoção de criptomoedas no Brasil

Cidade ocupa 8º lugar no ranking global e vê fomento na economia circular e no turismo

Crédito Divulgação Pousada Quatro Estações de Pinhal



O município de Santo Antônio do Pinhal está liderando a adoção de criptomoedas no país

Localizada na Serra da Mantiqueira, a pequena Santo Antônio do Pinhal vem ganhando destaque nacional como um dos principais polos de adoção de Bitcoin no Brasil. Com apenas 7 mil habitantes, o município já conta com 86 estabelecimentos cadastrados como "bitcoin friendly" na plataforma BTCMap, ocupando a 8ª posição no ranking global de cidades que mais aceitam a criptomoeda e aproximando-se de Rolante (RS), líder no cenário nacional até então com 209 comércios aceitando a moeda digital.

O movimento, batizado de **Bitcoin Amantikir**, foi idealizado pelo terapeuta holístico e entusiasta de criptomoe-das Pedro Fadida, juntamente com Dione Baleeiro e Rafael Vanderley. Em menos de um ano de atividades, o projeto já colocou a cidade no radar de turistas nacionais e internacionais interessados em utilizar Bitcoin como meio de pagamento.

"Nosso objetivo é transformar Santo Antônio do Pinhal em uma referência no uso do Bitcoin, mostrando como a tecnologia pode beneficiar pequenos municípios e im-

pulsionar o desenvolvimento local", explica Fadida.

Educação como pilar fundamental

Um dos principais desafios enfrentados pela iniciativa é a familiarização da população com a tecnologia blockchain, especialmente entre comerciantes e moradores menos conectados ao universo cripto. Para superar essa barreira, o Bitcoin Amantikir desenvolveu uma série de iniciativas educativas.

"Primeiramente, fazemos um encontro individual com cada comerciante interessado, onde explicamos os conceitos básicos", detalha Fadida. Após essa introdução, os participantes são incluídos em um grupo de WhatsApp onde recebem materiais educativos selecionados pela equipe do projeto.

Desde abril de 2024, também acontece mensalmente o "Café com Bitcoin", evento que já abordou desde conceitos introdutórios até tópicos mais avançados como carteiras de autocustódia.

Indicadores de sucesso vão além dos números

Embora o crescimento do número de estabelecimentos cadastrados seja um impor-

tante termômetro, o Bitcoin Amantikir utiliza outros parâmetros para medir seu impacto na comunidade. Um dos mais significativos é o aumento no fluxo de turistas interessados em utilizar criptomoedas.

"Já registramos casos de visitantes que escolheram Santo Antônio do Pinhal como destino justamente por poderem usar Bitcoin em sua estadia", comenta Pedro Fadida. Um exemplo recente foi um grupo de Belo Horizonte que programou toda sua viagem em torno da possibilidade de pagar hospedagem, alimentação e passeios com a moeda digital.

Outro indicador positivo é a formação de uma economia circular entre os próprios comer-



Segundo Pedro Fadida, um dos fundadores do projeto Bitcoin Amantikir, próximo passo é incluir educação financeira nas escolas locais

ciantes. "Temos casos de um pousadeiro que paga o sorveteiro com Bitcoin, que por sua vez usa a moeda para comprar ração de animais", ilustra. Essa dinâmica demonstra que a criptomoeda está sendo incorporada de forma orgânica nas transações cotidianas.

Expansão para a região

O sucesso em Santo Antônio do Pinhal levou o **Bitcoin Amantikir** a planejar sua expansão para outras cidades da região. O próximo destino será Campos do Jordão, onde o projeto já estabeleceu parceria com a Associação Comercial local. O cronograma prevê a realização de palestras e eventos semelhantes aos que deram certo na cidade-sede.

E, além de Campos, já estão no radar São Bento do Sapucaí e Sapucaí-Mirim. "Nosso objetivo é criar um corredor turístico na região onde o Bitcoin seja amplamente aceito", revela o empreendedor.

Parcerias institucionais

Para garantir a sustentabilidade do projeto a longo prazo, o Bitcoin Amantikir busca estabelecer parcerias com o poder público. "Estamos em tratativas com a prefeitura de Santo Antônio do Pinhal para formalizar esse apoio", conta.

Entre as possibilidades em discussão está a realização de palestras em espaços públicos municipais e a inclusão de conteúdos sobre educação financeira e criptomoedas nas escolas locais.

Além disso, os planos para os próximos anos incluem a realização de um festival de Bitcoin na cidade, com palestrantes nacionais e internacionais. O evento deve colocar Santo Antônio do Pinhal de vez no mapa do ecossistema cripto. "Nosso sonho é que, em cinco anos, Santo Antônio do Pinhal seja reconhecida como a primeira cidade 100% biticonizada do Brasil", projeta Pedro Fadida. 📍

Eliria Buso
uvesp@uvesp.com.br



CHIMICATTI
ADVOGADOS

Chimicatti Advogados Câmara de Assuntos Estratégicos (CAE)

A Câmara de Assuntos Estratégicos - CAE é dedicada à elaboração e proposição de soluções inovadoras para questões jurídicas, sociais, empresariais e públicas.

✓ Desenvolvimento e a proposição de estratégias inovadoras para o tratamento de questões complexas e multifacetadas, a partir de uma abordagem **interdisciplinar** e sobretudo **estratégica**.

✓ Sua atuação integra todas as áreas do escritório, incluindo **Direito Empresarial, Público e LGPD** (Lei Geral de Proteção de Dados) a partir de temas e projetos transversais.

✓ Sempre atenta aos cenários macroeconômicos e sociais que podem impactar a vida em sociedade, com uma abordagem proativa, a CAE **antecipa cenários, minimiza riscos e cria estratégias eficientes** para potencializar resultados e garantir segurança jurídica.



**Dr. Hebert
Chimicatti**
Presidente

Rua Pamplona, 145, cj. 06
Jardim Paulista, São Paulo - SP
01405-100

☎ (11) 91826-0213

📷 chimicattiadv

📘 Chimicatti Advogados

🌐 Chimicatti Advogados

🌐 www.chimicatti.com

Com adesão recorde de pescadores, Mar sem Lixo retira 29 toneladas de resíduos do litoral

Resultado quase triplica volume do ano anterior e fortalece integração entre meio ambiente e comunidades

Nos primeiros três meses de 2025, o litoral paulista testemunhou um avanço expressivo no combate ao lixo marinho: o programa **Mar sem Lixo** retirou 29 toneladas de resíduos do mar e de ecossistemas costeiros, como manguezais e ilhas. O volume representa um aumento de 198% em relação ao mesmo período de 2024, quando foram coletadas 9,8 toneladas. Mais do que uma conquista quantitativa, os números refletem o fortalecimento da confiança e do engajamento das comunidades tradicionais na iniciativa, coordenada pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) do Estado de São Paulo, por meio da Fundação Florestal.

Criado em 2022, o Mar sem Lixo é uma política pública voltada à conservação marinha e inclusão socioeconômica. Em 2024, o programa deu um passo importante ao incluir a limpeza de manguezais como atividade remunerada durante o período do defeso do camarão, quando a pesca é proibida. Desde então, pescadores artesanais passaram a receber pelo serviço ambiental prestado, por meio do mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

Engajamento crescente

O crescimento dos resultados está diretamente ligado ao aumento da adesão dos pescadores. Em 2024, 200 profissionais estavam cadastrados no programa. Em 2025, o número saltou para 275. Mais do que isso: houve também maior participação nos mutirões. “Em 2024, primeiro ano da inclusão dos mutirões no PSA, a adesão não foi tão significativa quanto neste ano de 2025. Ou seja, o principal fator do aumento da quantidade de resíduos coletados foi o maior engajamento dos pescadores, o que demonstra, no nosso entendimento, o aumento da confiança deles no Programa”, explica Sandra Leite, coordenadora do Mar sem Lixo.

Como reflexo desse envolvimento, os recursos repassados via PSA também cresceram. De janeiro a abril de 2024, o valor pago foi de R\$ 89.888. Já em



Projeto realiza pagamento a pescadores e ações educativas

2025, entre janeiro e março, o montante chegou a R\$ 137.225.

O município do Guarujá liderou o volume de resíduos coletados no trimestre, com mais de 17 toneladas. Bertioga e Ubatuba aparecem na sequência. Em janeiro, as ações se concentraram no mar, durante as operações de pesca com arrasto de camarão, antes do início do defeso. Nesse período, 109 pescadores retiraram 1,7 tonelada de lixo diretamente das águas.

Plásticos ameaçam ecossistemas frágeis

O tipo de resíduo encontrado nas ações varia conforme a localização dos mutirões. Em manguezais próximos a áreas urbanas, predominam itens domésticos — móveis, eletrodomésticos, embalagens. Em regiões mais afas-

tadas, prevalecem detritos trazidos por correntes marinhas, resíduos do turismo e da navegação. Mas um dado é comum a todos os contextos: o plástico representa mais de 90% do material recolhido.

Nos manguezais, além do plástico, são frequentes madeiras processadas e peças de borracha. Esses ambientes são ecossistemas sensíveis e estratégicos: servem de barreira natural, protegendo o litoral contra erosão, funcionam como berçários da fauna marinha, ajudam no sequestro de carbono e servem de base para o sustento de milhares de famílias. A presença de lixo compromete severamente esses serviços ecológicos, causa contaminação do solo, impede a recuperação e desenvolvimento da vegetação, causa mortandade da fauna e impacta a vida de inúmeras comunidades tradicionais.

Área atendida e desafios

Atualmente, o Mar sem Lixo conta com Pontos de Recebimento de Resíduos Retirados do Mar (PRRMs) em Cananéia, Bertioga, Guarujá, Itanhaém, São Sebastião e Ubatuba. Esses pontos foram selecionados com base em critérios como número de embarcações, volume pescado, interesse das comunidades locais e disponibilidade de estrutura pública.



Sandra Leite é a coordenadora do programa Mar sem Lixo da Fundação Florestal

Em 2024, primeiro ano da inclusão dos mutirões no PSA, a adesão não foi tão significativa quanto neste ano de 2025

A adesão ao programa é voluntária e aberta a pescadores de arrasto de camarão com embarcações artesanais. Em 2025, são 279 cadastrados. A atuação, contudo, vai além do pagamento de PSA. Ao todo, 23 Unidades de Conservação Estaduais litorâneas recebem ações educacionais e mutirões de limpeza.

Apesar dos avanços, o programa ainda enfrenta obstáculos importantes. Segundo a Fundação Florestal, o maior desafio do projeto é a sua sustentabilidade a longo prazo e ampliação, que dependem de fontes de financiamento permanentes que não sejam apenas públicas. A Fundação destaca ainda a importância de investir em educação, visto que tão importante quanto reconhecer e remunerar os serviços ambientais prestados pelos provedores, é urgente que a sociedade seja sensibilizada para que mude de comportamento e tenha hábitos de consumo consciente e economia circular.

Claudia Costa
uuesp@uuesp.com.br

Advocacia de Projetos: uma nova forma de atuação jurídica para desafios complexos

Prefeitos e vereadores precisam de uma advocacia que planeja, não só reage

O exercício tradicional da advocacia — seja no contencioso, seja no consultivo — gira em torno, preponderantemente, da figura do “caso jurídico”.

Um “caso” é, em linhas gerais, um conflito ou situação concreta cuja origem se situa em eventos e fatos passados ou presentes, examinados à luz de normas jurídicas para que se determine se houve ou se haverá ou não violação dessas normas. Nessa moldura, a função do Direito é essencialmente repressiva, ou preventiva: consiste em sancionar condutas ilegais ou evitar que venham a ocorrer — e a atuação do advogado visa à boa aplicação deste Direito.

Na **Chimicatti Advogados**, entendemos que essa moldura não dá mais conta, sozinha, da complexidade dos desafios atuais enfrentados por empresas, governos e organizações da sociedade civil.

Por isso, estruturamos uma forma inovadora de atuação: a **advocacia de projetos**.

Ao contrário do que ocorre com o “caso”, um “projeto jurídico” não é voltado, essencialmente, apenas para a resolução de conflitos passados ou para a mensuração de riscos diante de ações presentes. O “projeto” é voltado para a **proposição de planos de ação orientados por normas constitucionais e legais, e por políticas públicas que determinam objetivos presentes e futuros para o Estado, para o mercado, para a sociedade e para o próprio Direito**.

Esses objetivos podem incluir, por exemplo:

- a proteção ao meio ambiente e às comunidades tradicionais
- a promoção do desenvolvimento sustentável
- a expansão dos mercados e o crescimento econômico
- a erradicação da pobreza e da marginalização
- a redução das desigualdades sociais e regionais
- a inclusão de grupos minorizados
- a promoção do bem de todos sem preconceitos ou discriminações



Direito pode antecipar o futuro dos municípios

A advocacia de projetos é, assim, uma **forma propositiva e estratégica de atuação jurídica**, voltada à realização da função **promocional da lei**, conforme os delineamentos da Constituição Federal e de diversos marcos normativos nacionais e internacionais.

Para tornar isso possível, a Chimicatti Advogados estruturou uma **equipe multidisciplinar** integrada por administradores, economistas, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, gestores ambientais, especialistas em negócios e profissionais jurídicos de diversas especialidades — além de consultores externos nas áreas da educação, da psicologia, da medicina e várias outras.

Essa equipe multidisciplinar interna está organizada em três das quatro câmaras técnicas da instituição — a Câmara Assuntos Legislativos, a Câmara de Estudos em Sustentabilidade e a Câmara de Assuntos Estratégicos, coordenadas pelo advogado e antropólogo João Gilberto Belvel Fernandes Júnior.

Trabalhando em paralelo com a Câmara de Assuntos Regulatórios, coordenada por Tulio Zanfolim, essas câmaras têm como missão precípua a produção de

massa crítica sobre os desafios jurídicos, políticos e sociais contemporâneos, a antecipação de cenários, e a busca de soluções para aqueles desafios e oportunidades nestes cenários, sempre a partir de análises e estratégias transversais.

Essa composição permite a elaboração e implementação de projetos jurídica e cientificamente robustos, economicamente viáveis, socialmente relevantes e ambientalmente sustentáveis.

Entre os temas que têm sido objeto da atuação da Chimicatti Advogados, destacam-se:

- ESG e governança corporativa
- inovação tecnológica e industrial
- formulação e implementação de políticas públicas
- estratégias de descarbonização da economia
- agronegócio
- saúde
- desenvolvimento regional
- inclusão e justiça social

A **advocacia de projetos** também se distingue no modo como lida com o **financiamento das ações jurídicas**. Ao elaborar planos de ação complexos, que

envolvem múltiplas dimensões institucionais — jurídica, política, social e econômica —, o projeto inclui as estratégias de captação ou estruturação de receita necessárias à sua implementação. Em alguns casos, isso pode envolver articulação com entes governamentais, organizações da sociedade civil, fundos de investimento ou mecanismos de financiamento climático e social.

A advocacia consultiva e a advocacia de projetos compartilham pontos de contato, sobretudo no que tange ao aconselhamento estratégico. Há semelhanças principalmente com programas e departamentos de conformidade.

No entanto, a advocacia de projetos vai além destas experiências: atua diretamente na formulação de iniciativas, na interlocução com diferentes esferas do poder público e da sociedade e na mobilização de conhecimento especializado para promover transformações concretas.

E faz isso através de um movimento disruptivo, não só do trabalho jurídico “tradicional”, como também da própria organização deste trabalho, fazendo da interdisciplinaridade uma estrutura e uma prática institucional obrigatória.

Trata-se, portanto, de uma nova fronteira para o exercício da advocacia, voltada não apenas à defesa de interesses, mas à construção de soluções para os desafios estruturais de nosso tempo. Soluções estas que poderão, inclusive, ser demandadas e beneficiar os próprios escritórios de advocacia tradicionais, cuja função segue e seguirá sendo essencial, numa perspectiva de implementação de projetos para o próprio Direito.

A Chimicatti Advogados está à disposição para colaborar com instituições, empresas e governos que compreendem que o Direito pode — e deve — ser um instrumento de mudança.

Dr. Hebert Chimicatti
Presidente da Chimicatti Advogados
João Gilberto Belvel Fernandes Júnior
Coordenador Técnico de Projetos da Chimicatti Advogados, Doutorando em Antropologia Social (USP), mestre em Direito Civil (USP) e bacharel em Direito e em Ciências Sociais (USP).



O IMPORTANTE É CHEGAR

RESPEITE OS LIMITES DE VELOCIDADE

A Diferença

Mercado de Trabalho



São Bernardo lança Rota do Emprego para PcD

A Prefeitura de São Bernardo realizou a primeira edição da Rota do Emprego PcD, iniciativa que ofereceu 45 vagas em 28 funções para pessoas com deficiência. O evento, que ocorreu na Praça da Matriz, contou com cadastro de trabalho, orientação do Sebrae e serviços de reparo ortopédico gratuito. A ação será expandida para outros bairros ao longo do ano.



Capivari



Homenagem à vereadora por luta contra o racismo

A vereadora Inês Luísa Félix foi homenageada com o Troféu Orcline de Toledo em Capivari no último dia 13 de maio, data que marca a abolição da escravidão. A premiação reconhece contribuições no combate ao racismo e promoção da igualdade racial. Inês destacou a importância da comunidade e a necessidade de avanços na pauta racial. O troféu é concedido conforme Lei nº 4.433/2014.

Guararema

Programa promove literatura na rede municipal

Guararema lançou o programa "Desenrolando Histórias", que beneficiará 4 mil alunos do berçário ao 5º ano com atividades lúdicas de leitura e escrita. O projeto, representado por um gato de patchwork, inclui a distribuição de 20 mil livros paradidáticos, entre outras ações, e busca estimular a criatividade e fortalecer o vínculo entre escola e comunidade.



Políticas Públicas

Hortolândia tem inclusão produtiva de PCDs

Hortolândia está realizando uma pesquisa com PCDs cadastrados nos CRAS e no CadÚnico para identificar suas habilidades e necessidades no mercado de trabalho. O levantamento, feito por ligações telefônicas, servirá para direcionar vagas em empresas e cursos de qualificação. A ação busca parcerias com o PAT e empresas locais para promover a inclusão produtiva.

Diversidade

Ilhabela promove 1ª Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIAPN+

A ação foi realizada em parceria com o FórumSocial LGBTQIA+ e marcou um passo importante no mês dedicado ao tema. O evento debateu políticas públicas para promoção da cidadania e igualdade em quatro eixos temáticos, incluindo enfrentamento à violência e trabalho digno. As propostas serão encaminhadas à Comissão Organizadora Nacional para subsidiar políticas públicas.



Sustentabilidade

Santo Antônio de Posse

Projeto com Smurfs ensina ODS a estudantes

A Caravana “Cada Gesto Conta”, ação do Sicredi em parceria com os Smurfs, realizou atividades sustentáveis com alunos da rede municipal de Santo Antônio de Posse em abril. O evento ocorreu na EMEF Elizabete Lala Villalva, com dinâmicas interativas e um caminhão-palco temático, onde os estudantes aprenderam sobre os ODS da ONU, incluindo consumo responsável e energia limpa. 🌱



Iniciativa ambiental



Rio Claro tem avanços do Projeto Nascentes

O vereador Julinho Lopes, presidente da Comissão de Meio Ambiente de Rio Claro, participou de reunião na Agência das Bacias PCJ em Piracicaba sobre o Projeto Nascentes Rio Claro, que visa a proteção de mananciais no município. O programa prevê ações de restauração ecológica, saneamento rural e conservação do solo, beneficiando microbacias que totalizam 3,1 mil hectares. 🌱

Carbono Neutro

Cubatão firma acordo para reduzir emissão de gases

Cubatão assinou termo de parceria com o IPT - Instituto de pesquisas tecnológicas para o projeto "Cidades Carbono Neutro". A iniciativa, firmada em 23 de maio, busca reduzir emissões de gases de efeito estufa e aumentar a resiliência urbana às mudanças climáticas. O acordo prevê aplicação de tecnologias baseadas na natureza para mitigar ilhas de calor, escassez hídrica e eventos climáticos extremos. 🌱



Iracemápolis

Projeto ensina cultivo saudável a estudantes

Alunos da Escola Municipal Dona Leontina de Oliveira, em Iracemápolis, estão construindo uma horta escolar como parte de um projeto sobre alimentação saudável e sustentabilidade. A turma recebeu orientações do biólogo e técnico em agricultura, Ronaldo da Silva durante a ação e participou ativamente do processo, reforçando a importância do cultivo e de hábitos saudáveis. 🌱



Pirassununga



Ação ambiental une famílias e poder público

Pirassununga realizou a primeira etapa do projeto "Reviva, Floresce uma Vida" em meados de maio. A iniciativa, fruto de parceria entre a prefeitura e o Lions Clube, plantou 15 mudas em praça do Jardim das Laranjeiras. Cada árvore representa uma criança nascida, com famílias recebendo certificados. A ação visa revitalizar áreas verdes e promover consciência ambiental. 🌱

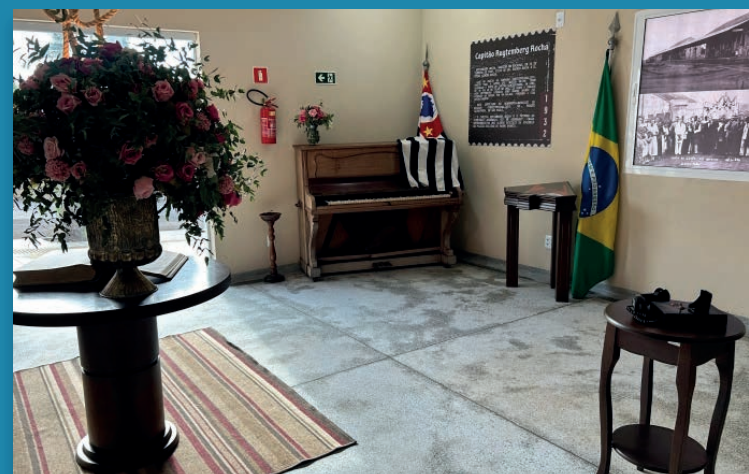


Turismo

Espaço cultural

Novo museu impulsiona turismo em Bocaina

Bocaina, município do interior paulista, inaugurou no último dia 7 de maio o Museu Turístico Municipal. A construção, viabilizada por repasse estadual de R\$ 560 mil via Setur-SP, visa fortalecer a infraestrutura turística local. O espaço cultural conta com salão de exposições e sala de audiovisual. A cidade já recebeu R\$ 1.790.147,92 em recursos estaduais para o turismo. 🌱



Vida silvestre

SP lança roteiros na Avistar Brasil 2025



Crédito: Antonio C. Pavanato

O estado de São Paulo, com mais de 50 parques e 824 espécies de aves, agora conta com roteiros de observação da vida silvestre. O material, lançado na Avistar Brasil 2025, destaca o potencial paulista para o ecoturismo. As experiências incluem lugares como Litoral Norte, Circuito das Águas Paulista e Vale do Ribeira e podem ser encontradas em guia temático online. 🌱

Conselho Municipal



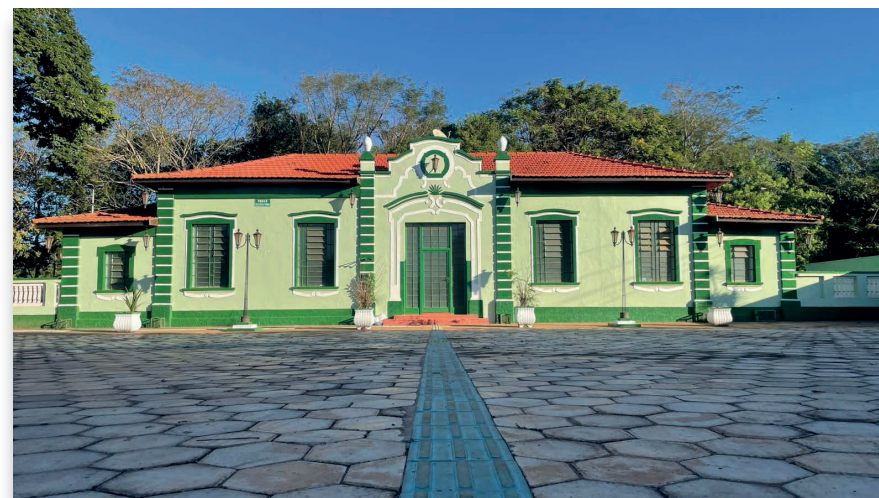
Assis reativa COMTUR para fomentar turismo

O Conselho Municipal de Turismo de Assis (COMTUR) foi reativado, marcando uma nova etapa para o turismo local. Vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, o grupo busca fortalecer o setor com iniciativas estratégicas, abordando temas como fortalecimento da gastronomia, qualificação profissional e o lançamento da Região Turística do Vale do Paranapanema. 🌱

Ibirarema

Obras entregues reforçam infraestrutura

Ibirarema, MIT localizado a 393 km da capital paulista, acaba de concluir obras da Setur-SP para a restauração da Estação Ferroviária Antônio Markezani e a revitalização da Praça Elisa Gomedí Marchesani. Para isso, foram utilizados recursos do DADETUR, totalizando R\$ 615.073,96. Na atual gestão, o município já recebeu R\$ 1.168.222,57 da secretaria para o turismo local. 🌱



Parceria



Praia Grande e Sesi planejam ações conjuntas

Praia Grande e Sesi Santos exploram possibilidades de parceria cultural. Representantes da Secretaria de Cultura e Turismo visitaram recentemente as instalações da entidade para alinhar ações conjuntas e ampliar a oferta de programações gratuitas. A expectativa é que a colaboração proporcione benefícios culturais para a população e visitantes da região. 🌱

Saúde

Programa da Boa Visão

Saúde ocular das crianças é destaque em Suzano

Suzano lançou o "Programa da Boa Visão", que avaliará a saúde ocular de 27 mil crianças das redes municipal, estadual e do Sesi. O projeto inclui pré-testes nas escolas e consultas oftalmológicas a partir de julho. Casos com necessidade de óculos receberão as lentes e armações gratuitamente. Uma segunda etapa atenderá idosos com cirurgias de catarata e pterígio. 📺



Itararé



Município amplia consultas de neuropediatria

O município de Itararé iniciou atendimentos em neuropediatria para crianças da rede municipal e do SUS, em parceria entre as secretarias de Saúde e Educação. As consultas ocorrem no Centro de Atendimento Educacional Especializado de Itararé (CAEEI) para alunos e no Ambulatório de Especialidades (AMBESP) via SUS, reduzindo filas de espera que chegavam a dois anos. 📺

Atendimento especializado

Atibaia inaugura centro de reabilitação

Atibaia inaugurou o Centro Especializado de Reabilitação (CER), que oferece atendimento gratuito em fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e outros serviços para pessoas com deficiência. O espaço visa aumentar a autonomia e qualidade de vida dos pacientes. O acesso é feito via encaminhamento das UBSs, com triagem especializada e planos terapêuticos individualizados. 📺



Câmara aprova isenção de IPTU para hepatopatia

A Câmara de Mirassol aprovou a inclusão da hepatopatia grave - doença avançada do fígado - na lista de doenças que dão direito à isenção do IPTU. A proposta, de autoria do presidente Walmir Chaveiro, aguarda sanção do Executivo. Atualmente, câncer, HIV, doença renal crônica e enfermidades terminais já garantem o benefício, mediante comprovação por laudo médico do SUS. 📺

Exames preventivos

Mulheres ganham horário alternativo em Palmital

A Prefeitura de Palmital está realizando atendimentos noturnos para o exame preventivo de Papanicolau, uma vez por mês, das 18h às 21h, em unidades de saúde rotativas. O projeto espera facilitar o acesso para mulheres que trabalham durante o dia, sem necessidade de agendamento. O exame é gratuito e recomendado a cada três anos para mulheres de 25 a 64 anos. 📺



Tecnologia e Inovação

Cidade pioneira

Bragança Paulista usa IA na segurança pública

Bragança Paulista será a primeira cidade do interior a utilizar inteligência artificial para segurança pública. O sistema inclui reconhecimento facial (em fase de testes) e leitura de placas veiculares em tempo real. A tecnologia identifica veículos roubados e pessoas procuradas, com 92% de precisão e pretende aumentar a eficiência no monitoramento e abordagem policial. 📺



Botucatu

Área de inovação alcança 100% de ocupação

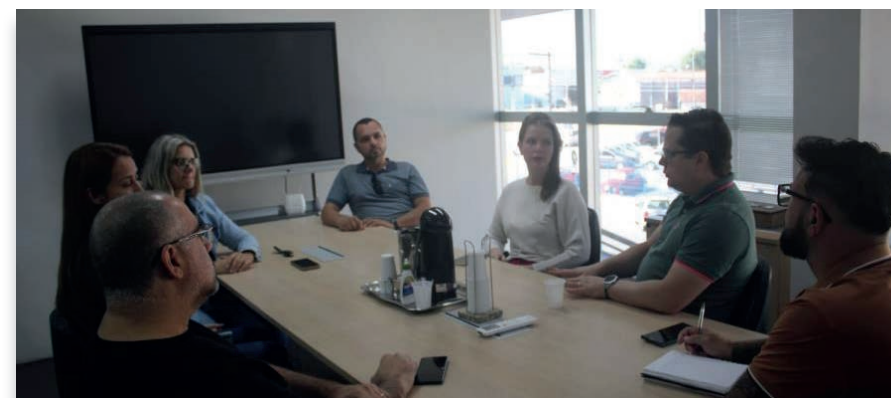
Comemorando dez anos de existência, o Parque Tecnológico de Botucatu atingiu 100% de ocupação. Localizado às margens da Rodovia Gastão Dal Farra, o espaço de 150 mil m² tem uso compartilhado de espaço por empresas de tecnologia e também conta com uma área com infraestrutura básica para a instalação de novas startups. As novas empresas devem se instalar em breve. 📺



Pindamonhangaba

Projeto incentiva jovens talentos em tecnologia

Pindamonhangaba prepara a segunda edição do projeto "Devs do Futuro", competição de programação para estudantes das redes pública e privada. A ação, desenvolvida em parceria com a empresa Apus e a Secretaria de Educação, pretende estimular habilidades tecnológicas por meio de desafios práticos. A edição anterior premiou os melhores com mentoria. Novas inscrições serão abertas em breve. 📺



Ecosistema Tecnológico



Vereador propõe política de inovação em Arujá

O vereador Leandro Larini propôs a criação do Sistema Municipal de Inovação (SMI) em Arujá. O anteprojeto, encaminhado ao prefeito Luís Camargo, visa fomentar o desenvolvimento econômico e tecnológico no município. A proposta inclui um polo de inovação, conselho e fundo específicos. Se aprovado, o sistema seguirá modelos já adotados em outras cidades da região. 📺

Campinas



IMATech apoia startups de sustentabilidade

Campinas lançou a incubadora IMATech, voltada a startups de tecnologia para cidades inteligentes e sustentáveis. O programa, que retoma o legado da antiga Ciateg, oferecerá suporte virtual e estrutura física por dois anos. As inscrições estarão abertas de 2 a 30 de junho, com foco em soluções para mobilidade, meio ambiente, saúde e governança digital. 📺

Redescobrimdo O Interior

SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

São José do Rio Pardo: terra de Euclides da Cunha e do turismo rural

Na divisa entre São Paulo e Minas, município investe no turismo como vetor de desenvolvimento

Apenas 270 km da capital paulista, São José do Rio Pardo oferece muitos atrativos, com grande destaque para a preservação de seu patrimônio ligado ao escritor Euclides da Cunha, que morou na região por um período de sua vida. A cidade também trabalha pelo fortalecimento do turismo rural e de natureza.

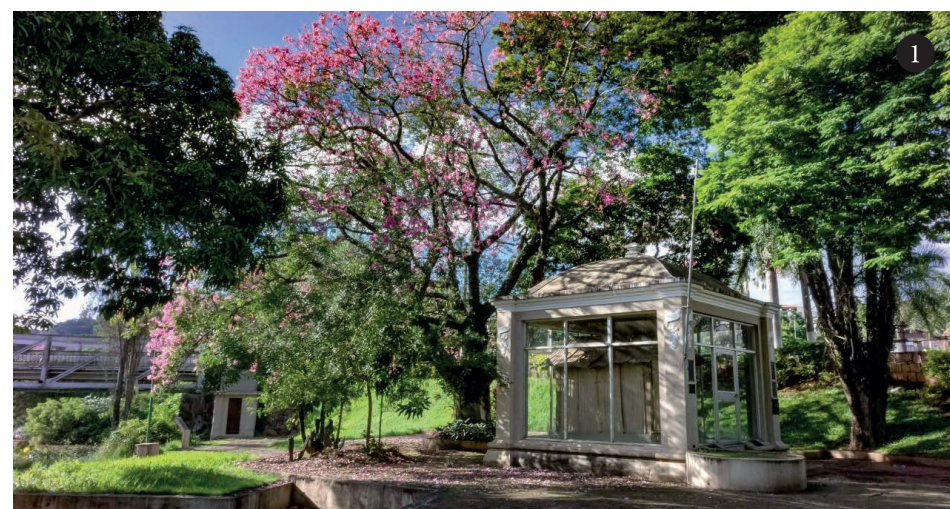
O principal ícone da cidade é a Casa de Cultura Euclides da Cunha, também chamada de Casa Euclidiana, que abriga o maior acervo do país sobre a vida e a obra do autor, além de documentos históricos sobre a Guerra de Canudos. No município, o escritor atuou como engenheiro do Esta-

do, reconstruindo a ponte metálica sobre o Rio Pardo, inaugurada em 1901 e tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

À beira da ponte metálica está o Recanto Euclidiano, espaço arborizado que abriga a famosa Cabana de Zinco, que funcionava como escritório do autor. A estrutura é tombada como monumento nacional, protegida por redoma de vidro. No mesmo local estão o Mausoléu Euclidiano, com os restos mortais do escritor e de seu filho.

A cidade também é marcada por atrativos religiosos e arquitetônicos, como a Igreja Matriz de São José, de estilo neogótico, com belas esculturas de apóstolos e vitrais importados da Dinamarca. O Cristo Redentor, com seus 17 metros de altura, é um imponente monumento que oferece uma vista panorâmica de tirar o fôlego. Já o Museu Rio-pardense Arsênio Frigo, instalado no antigo prédio da prefeitura e cadeia, reúne peças históricas da cultura cafeeira e arte popular.

Entre os espaços de lazer, destaca-se a Ilha São Pedro, parque municipal no centro da cidade, com mini zoológico, parque florestal e estrutura para atividades



culturais e de educação ambiental. O acesso se dá por uma charmosa ponte pênsil.

Para além da zona urbana, São José do Rio Pardo se revela em seus campos férteis, oferecendo experiências autênticas no turismo rural: produção de queijos, vinhos, cafés especiais, cachaças, cogumelos, geleias e orquídeas encantam os visitantes, além de roteiros de cicloturismo, passeios a cavalo e de barco pelo Rio Pardo.

"São José do Rio Pardo tem uma vastíssima riqueza cultural, impulsionada pelo Movimento Euclidiano e pelo legado de Euclides da Cunha, que escreveu grande parte de 'Os Sertões' aqui, em uma cabana de zinco que preservamos

até hoje, ao lado da ponte que ele mesmo ajudou a construir", afirma o prefeito Marcio Calegari Zanetti. "Temos paisagens belíssimas, rios, vales e morros que encantam quem passa por aqui. E, com o tempo, a própria ação do homem ajudou a moldar essa beleza, tornando São José uma cidade ainda mais bonita e acolhedora. Estamos trabalhando para valorizar essas riquezas naturais e transformá-las em atrativos turísticos reais, movimentando a economia, gerando oportunidades e fazendo com que o rio-pardense se orgulhe cada vez mais do lugar onde vive", finaliza.

Cláudia Costa
uvesp@uvesp.com.br



Foto 1 - (Em cima) Cabana de zinco no Recanto Euclidiano;
Foto 2 - (Em cima) O prefeito de São José do Rio Pardo, Marcio Calegari Zanetti;
Foto 3 - O imponente Cristo Redentor é um dos cartões postais do município;
Foto 4 - Ilha São Pedro tem diversos atrativos;
Foto 5 - Ponte metálica reconstruída por Euclides da Cunha;
Foto 6 - Mausoléu do escritor;
Foto 7 - A Igreja Matriz se destaca no centro da cidade

48 ANOS

CONSTRUINDO HISTÓRIA E GRADUANDO MUNICIPALISTAS

A CAMINHO DOS 50

WWW.UVESP.COM.BR

UVESP.OFICIAL UVESPSP UVESP

11 97585-5725 11 3886 0611

R. PAMPLONA, 1188 - SALA 81 JARDIM PAULISTA, SÃO PAULO